

lidades, as quais expressam melhor uma história feita ‘pelas caladas’ do que na guerra e na rebelião” (p. 271). É por isto que a autora repensa a ideia feita sobre a questão indígena como uma questão de luta entre povos indígenas e Estado-nação. O espaço, para os tupinambá, está mais de acordo com uma noção fenomenológica, “no sentido de que ‘estar-no-espaço’ (*place*) tem um estatuto epistémico antecedente ao de espaço enquanto extensão [...] Os dois sentidos de espaço (*place* e *space*) foram-se transformando, sobrepondo e resignificando, de tal forma que, para os tupinambá de Olivença, o espaço é hoje também *terra*, no sentido material...” (p. 272). É por esta razão que eles reivindicam hoje uma terra indígena.

*Terra Calada* será, sem dúvida, um marco na antropologia dos povos indígenas do Brasil e muito particularmente das configurações identitárias aparentemente ambíguas que surgem nas zonas, como o Nordeste, menos “tradicionais” do que a referência amazónica.

Miguel Vale de Almeida

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**Pedro Costa, A Cultura em Lisboa. Competitividade e Desenvolvimento Territorial**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, 475 páginas.

*A Cultura em Lisboa* é um estudo muito sério, útil e inovador. Primeiro, porque apresenta e discute simultaneamente os conceitos de cultura, economia, território e inovação. Depois, trata-se de um livro que surge no momento em que na literatura internacional se reforça a importância das actividades culturais, criativas e artísticas para o desenvolvimento das sociedades (Richard Caves, *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce*, Cambridge e Londres, Harvard University Press, 2002; Terry Clark *et al.*, *Culture is on the Rise — Why? Theories of Cultural Participation and Empirical Evidence*, 2008, texto policopiado). Por fim, faz-nos reflectir sobre as mais recentes dinâmicas associadas aos mundos das artes, da cultura e dos mercados culturais, tendo ainda o mérito de se destinar aos especialistas, aos decisores políticos, aos alunos, mas também ao público em geral.

Este estudo organiza-se em sete capítulos: do teatro à ópera, dos concertos à dança (artes performativas), da pintura e da escultura (artes visuais) à música, dos museus à fotografia e ao cinema, Pedro Costa compilou um

vasto conjunto de informações que organizou tendo em conta as características da oferta e da procura (do público) em cada um destes mundos culturais, assim como as práticas e as políticas públicas que lhes estão associadas e as suas principais tendências de evolução.

Importa agora revisitar sucintamente cada um dos capítulos deste livro, enunciando as suas principais contribuições. Em primeiro lugar, a abordagem pluri/transdisciplinar escolhida pelo autor, que atravessa uma multiplicidade de perspectivas: da economia à sociologia, à geografia e ao planeamento territorial. É desta forma que Pedro Costa apresenta, com muito interesse, diversas visões do conceito de cultura (capítulos 1 a 3). Em seguida, a sua análise das actividades culturais é de carácter integrado e impulsiona o estudo da relação dessas mesmas actividades com o território e a promoção do seu desenvolvimento e competitividade (capítulo 4). Finalmente, o autor faz uma aplicação prática do seu modelo à Área Metropolitana de Lisboa e ao Bairro Alto, em particular, avaliando os benefícios da actividade cultural para o território, bem como os principais problemas encontrados para as actividades culturais aí desenvolvidas (capítulos 5 e 6).

A sua tipologia de análise das actividades culturais e da relação com o território tem inúmeras potencialidades para as investigações que hoje desenvolvemos no domínio da sociologia das artes e da cultura. A saber, os seis perfis-tipo de actividades, que aqui apenas enunciamos, remetendo para a leitura na obra da sua definição mais completa: o *core* das indústrias culturais; a cultura cultivada, institucional, legitimada; a cultura popular (assente em sociabilidades urbanas); a salvaguarda do património e da identidade histórico-cultural; as actividades técnico-criativas (para outros *clusters*); as práticas “criativas” amadoras e de sociabilidades culturais.

Ao longo do livro, Pedro Costa mostra-nos ainda em que medida é que a cultura deve ser entendida como geradora de valor económico, de emprego, mas, acima de tudo, como uma forma de dinamização e integração das populações. A cultura deve ser um veículo e um fim dos processos de desenvolvimento, na medida em que promove a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos, preserva a memória colectiva e consubstancia a expressividade criativa dos agentes e grupos sociais. Enfim, a cultura permite a afirmação de identidades e de especificidades territoriais, cada vez mais valorizadas num contexto de globalização e estandardização dos mercados culturais.

É por todas estas razões que repito o que de melhor se pode dizer de um livro: *A Cultura em Lisboa* é um estudo muito sério, útil e inovador.

Vera Borges

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa